

2026 – 2029



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MIRASELVA – PARANÁ



FORTALECENDO
A AGRICULTURA
FAMILIAR



GARANTINDO O DIREITO
HUMANO À ALIMENTAÇÃO
ADEQUADA



PROMOVENDO SAÚDE
E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

ELABORAÇÃO:



CAISAN
Municipal



COMSEA



Prefeitura
Municipal



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MIRASELVA/PR – 2026–2029

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN DE MIRASELVA/PR

Representantes da Secretaria de Educação

Titular: Roseli Isabel de Oliveira Urbano

Suplente: Naiara Panissa

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Creide Vieira de Melo

Suplente: Isabela da Cruz Zandomenigue

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Kátia Andrea Oliveira Macedo

Suplente: Andrea Cristhian de Faria Dantas

Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: José Ricardo Bueno

Suplente: Ricardo Tonin Bueno

PREFEITO MUNICIPAL

João Marcos Ferrer

VICE PREFEITO

Sebastião Teixeira Junior

REPRESENTANTES DO COMSEA – MIRASELVA/PR

Representantes do Poder Executivo

Titular: Wladimir Augusto Antiveri

Suplente: Osnei de Camargo

Representantes da Divisão de Agricultura e da
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Titular: José Roberto Bueno

Suplente: Roseli Isabel de Oliveira Urbano

Representantes da Pastoral da Criança

Titular: Terezinha Lopes Ferreira da Silva

Suplente: Kelli Cristina Toratti

Representantes da APMF do Colégio
Estadual Arnaldo Busato – E.F.M.

Titular: Sandra Eliete Juliani Zanin

Suplente: Simone Cristina de Lima

Representantes da APPF do CMEI
Reino Pequeno

Titular: Alexandra Miranda da Silva Rosa

Suplente: Marisa Almeida Ferreira

Representantes das Igrejas Evangélicas

Titular: Pastora Joana Darc Parreira Lisboa

Suplente: Ana Paula da Silva Machado de Oliveira



Juntos por uma alimentação adequada,
saudável e sustentável para todos.

MIRASELVA – PARANÁ
2026–2029

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PMSAN) - MUNICÍPIO DE MIRASELVA – PARANÁ

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) de Miraselva–PR constitui-se como o principal instrumento de planejamento, organização e articulação das ações do município voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assegurando que toda a população tenha acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma socialmente justa e sustentável.

A Segurança Alimentar e Nutricional envolve não apenas o acesso aos alimentos, mas também aspectos relacionados à produção, ao abastecimento, ao consumo, à cultura alimentar, à saúde, à educação e à assistência social. Nesse sentido, o PMSAN reconhece a alimentação como um direito fundamental e como uma responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade civil.

O município de Miraselva, por apresentar características de pequeno porte, forte identidade rural e presença significativa da agricultura familiar, possui potencial para o desenvolvimento de ações integradas de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao mesmo tempo, enfrenta desafios relacionados à vulnerabilidade social de parte da população, à limitação de renda de algumas famílias e à necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao acesso à alimentação adequada.

A elaboração deste Plano representa um avanço na consolidação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, pois organiza e sistematiza ações já existentes, fortalece a atuação intersetorial entre as secretarias municipais e estabelece diretrizes, objetivos e ações para o enfrentamento da insegurança alimentar no território. O PMSAN não se configura como um documento isolado, mas como uma ferramenta de gestão que orienta a tomada de decisões, a priorização de ações e o uso eficiente dos recursos públicos.

O processo de construção do PMSAN de Miraselva foi pautado pela participação social, tendo como base as deliberações da IV Conferência

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho de 2023. As propostas discutidas e aprovadas pela sociedade civil e pelo poder público refletem as necessidades e prioridades locais e fundamentam as diretrizes e ações previstas neste Plano.

Por meio do PMSAN, o município reafirma seu compromisso com a promoção da dignidade humana, da equidade social e da qualidade de vida da população, reconhecendo a Segurança Alimentar e Nutricional como política pública permanente, transversal e essencial para o desenvolvimento local sustentável.

2. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) de Miraselva-PR fundamenta-se em um conjunto de normativas legais e institucionais que reconhecem a alimentação como um direito humano fundamental e estabelecem as bases para a formulação e execução de políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

No âmbito federal, a principal referência legal é a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essa lei estabelece os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A LOSAN é regulamentada pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e define os parâmetros para a elaboração dos planos de segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal, reforçando a necessidade de ações intersetoriais e da participação social.

Ainda no âmbito federal, destacam-se os Decretos nº 6.272/2007 e nº 6.273/2007, que dispõem, respectivamente, sobre a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), instâncias responsáveis pela articulação entre governo e sociedade civil e pela coordenação intersetorial das ações de SAN.

No âmbito estadual, o Estado do Paraná estrutura sua política de Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com as diretrizes nacionais, por meio da atuação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Estadual), do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-PR) e da integração das políticas setoriais, especialmente nas áreas de agricultura, saúde, educação e assistência social.

No âmbito municipal, o município de Miraselva aderiu formalmente ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e instituiu seus espaços de gestão e controle social por meio da criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), em conformidade com as normativas federais e estaduais vigentes.


O COMSEA configura-se como instância de controle social, responsável por acompanhar, monitorar e propor diretrizes para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, assegurando a participação da sociedade civil na formulação e avaliação das ações. A CAISAN Municipal, por sua vez, é responsável pela articulação intersetorial entre as secretarias municipais, coordenando a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do PMSAN.

Dessa forma, o presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional está plenamente alinhado ao marco legal vigente e às diretrizes do SISAN, constituindo-se como instrumento legítimo de planejamento e gestão das ações de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Miraselva, com foco na promoção da equidade, da participação social e do desenvolvimento sustentável.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO

A construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de Miraselva-PR é resultado de um processo histórico contínuo, marcado pelo fortalecimento das políticas públicas sociais, pela valorização da agricultura familiar e pela participação ativa da sociedade civil na definição das prioridades locais.

Antes mesmo da institucionalização formal da Política Municipal de SAN, o município já desenvolvia ações relacionadas à alimentação e nutrição por meio




de políticas setoriais, como a alimentação escolar, os serviços de saúde, a assistência social e o apoio à produção agrícola local. Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o acompanhamento nutricional na atenção básica à saúde e as ações vinculadas ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família desempenharam papel fundamental no enfrentamento da insegurança alimentar no território.

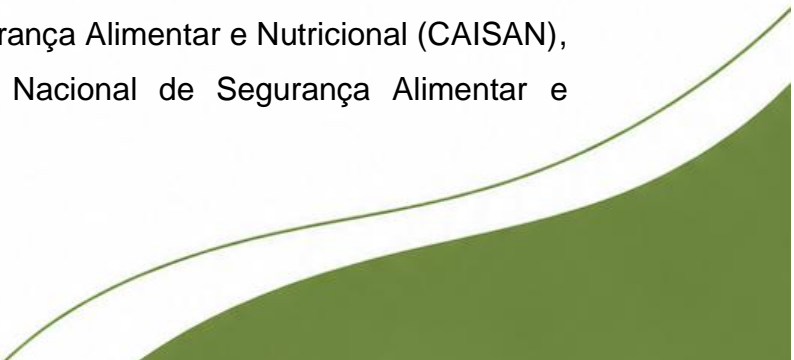
Um marco importante nesse processo foi a realização da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em 12 de junho de 2019, na Casa de Cultura de Miraselva. O evento contou com ampla participação de representantes do poder público municipal, sociedade civil, agricultores, técnicos de órgãos estaduais e da comunidade em geral, consolidando a Segurança Alimentar e Nutricional como tema prioritário na agenda pública local.

Na III Conferência, foram debatidos eixos relacionados à alimentação como direito humano, à construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional e ao enfrentamento da fome e do desperdício de alimentos. Entre as principais propostas aprovadas destacaram-se o fortalecimento da agricultura familiar, a criação e incentivo à feira do produtor, a implantação de hortas comunitárias, o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional e a necessidade de criação e fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

O processo de consolidação da Política Municipal de SAN avançou de forma significativa com a realização da IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em 04 de julho de 2023, que representou um novo marco para o município. A Conferência reafirmou os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e aprofundou o debate sobre a integração entre produção, abastecimento, acesso aos alimentos e políticas sociais, a partir do tema *“Comida no campo e na cidade: o que temos e o que queremos?”*.



As deliberações da IV Conferência fortaleceram a necessidade de organização institucional da política de SAN no município, impulsionando a criação e o fortalecimento das instâncias de gestão e controle social, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), além da adesão formal ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).



Nesse contexto, a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) configura-se como a consolidação desse processo histórico e participativo, transformando as propostas construídas coletivamente nas III e IV Conferências em diretrizes, objetivos e ações planejadas, intersetoriais e adequadas à realidade local.

Dessa forma, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Miraselva-PR afirma-se como uma política pública permanente, construída de forma democrática, que reconhece os avanços já alcançados, enfrenta os desafios ainda existentes e reafirma o compromisso do município com a promoção da dignidade humana, da equidade social e do desenvolvimento local sustentável.

3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

O município de Miraselva, no estado do Paraná, apresenta características típicas de município de pequeno porte, com forte vínculo com o meio rural e elevada proximidade entre a população e os serviços públicos. Sua trajetória histórica, territorial e socioeconômica influencia diretamente a formulação e a execução das políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

3.1 Histórico e localização

Miraselva foi emancipado politicamente a partir do desmembramento do município de Centenário do Sul, passando a constituir-se como município autônomo, com sede no distrito que deu origem à sua denominação. O município é constituído por distrito único (sede).

Localiza-se na Mesorregião Norte Central Paranaense, região caracterizada pela predominância de atividades agropecuárias, presença significativa da agricultura familiar e municípios de pequeno porte, com economia fortemente vinculada ao setor primário e aos serviços públicos.

3.2 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E DEMOGRÁFICA

Indicador	Descrição
Área territorial	Município de pequena extensão territorial

População total (Censo 2022)	1.966 habitantes
Perfil populacional	Município de pequeno porte
Característica predominante	Integração entre área urbana e rural

A reduzida extensão territorial favorece o acesso da população aos serviços públicos e a articulação entre produção local de alimentos, abastecimento e políticas sociais.

3.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS (IPARDES)

Indicador	Situação
Base econômica	Agropecuária, serviços públicos e comércio local
Perfil econômico	Economia de base rural
Desempenho municipal (IPDM)	Desempenho socioeconômico moderado

Esses indicadores reforçam a importância das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional como instrumentos de inclusão social, geração de renda e fortalecimento da produção local.

3.4 EDUCAÇÃO

Indicador	Situação
Rede de ensino	Educação infantil, ensino fundamental e médio
Público atendido	Crianças e adolescentes da área urbana e rural
Relevância para SAN	Alimentação escolar como política estruturante

A escola constitui espaço estratégico para a promoção da Educação Alimentar e Nutricional e para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

3.5 AGRICULTURA E MEIO RURAL (SEAB / DERAL)

Indicador	Caracterização
Perfil agrícola	Predominância de agricultura familiar
Produção	Culturas típicas da região Norte Central Paranaense
Importância econômica	Relevante para renda e ocupação rural
Potencial para SAN	Abastecimento local e PNAE

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), por meio do Departamento de Economia Rural (DERAL), a produção agrícola municipal, ainda que em pequena escala, apresenta

potencial para articulação com políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

4. DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

4.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A análise da Segurança Alimentar e Nutricional do município de Miraselva fundamenta-se em dados oficiais do Cadastro Único para Programas Sociais e do Programa Bolsa Família, referentes ao ano de 2025.

Indicador	Situação em Miraselva	Interpretação para a SAN
Famílias cadastradas no Cadastro Único	363 famílias	Presença significativa de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica
Famílias beneficiárias do Bolsa Família	90 famílias	Público prioritário para ações de segurança alimentar
Pessoas beneficiadas	269 pessoas	Parcela relevante da população dependente de transferência de renda
Benefício médio mensal	R\$ 653,79	Renda limitada para garantia plena da alimentação adequada
Crianças na Primeira Infância (0 a 7 anos)	54 beneficiários	Necessidade de atenção prioritária à alimentação infantil

4.2 CONDICIONALIDADES DE EDUCAÇÃO

Indicador	Miraselva	Média nacional
Taxa de acompanhamento da frequência escolar	100%	87,7%
Taxa de cumprimento das condicionalidades	98,5% a 100%	90% a 95,8%

Os dados evidenciam excelente capacidade do município em monitorar e garantir o acesso à educação, favorecendo ações educativas contínuas relacionadas à alimentação saudável.

4.3 CONDICIONALIDADES DA SAÚDE

O acompanhamento nutricional na Atenção Primária constitui instrumento estratégico para a promoção da alimentação adequada e saudável e para o fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Indicador	Miraselva	Média nacional
Acompanhamento geral de saúde	92,9%	81,4%
Crianças menores de 7 anos acompanhadas	83,0%	61,1%
Mulheres acompanhadas	96,7%	88,9%

Os resultados demonstram boa articulação entre saúde e assistência social, elemento essencial para o desenvolvimento de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional.

4.4 REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E INTERFACE COM A SAN

O município de Miraselva dispõe de estrutura organizada de Atenção Primária à Saúde, articulada com serviços de média e alta complexidade por meio de pactuações regionais, garantindo atendimento integral à população.

A rede municipal de saúde é composta por:

- Atendimento hospitalar no Hospital Municipal, destinado a internações de menor complexidade;
- Atendimento na Unidade Básica de Saúde (UBS);
- Serviço de agendamento de consultas e procedimentos;
- Assistência Farmacêutica, com distribuição gratuita de medicamentos básicos por meio da Farmácia Básica Municipal;
- Transporte sanitário de pacientes por ambulâncias, vans e veículos leves;
- Vigilância em Saúde (Sanitária, Epidemiológica e Saúde do Trabalhador), com ações de promoção, prevenção e controle de agravos;
- Assistência odontológica;
- Serviço de Fisioterapia, com equipe composta por três profissionais, atuando na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação;
- Serviço de Saúde Mental, com atendimento psicológico na UBS e referência ao CAPS de Florestópolis;
- Atendimento Nutricional na UBS, realizado por nutricionista responsável técnica;

- Ouvidoria Municipal de Saúde;
- Exames laboratoriais realizados no laboratório municipal e por meio de convênio com o CISMENPAR;
- Exames especializados (ressonância, tomografia, ultrassonografia e raio-X) via convênio regional;
- Tratamento Fora de Domicílio (TFD).
- Os atendimentos de maior complexidade são referenciados para municípios da região, especialmente Londrina, Rolândia, Cambé e Arapongas.
- O município também realiza alimentação regular dos sistemas oficiais de informação do SUS (SIM, SINASC e SINAN), fortalecendo o monitoramento epidemiológico.

Essa estrutura demonstra capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente no acompanhamento das condicionalidades de saúde, no monitoramento nutricional e na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

4.5 PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SAÚDE RELACIONADOS À SAN

A política municipal de saúde desenvolve programas estratégicos que dialogam diretamente com a Segurança Alimentar e Nutricional:

- Programa Saúde da Família (PSF): Principal estratégia de atenção básica, organizado por equipe multiprofissional composta por médico, enfermeira, técnica de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. Atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento das famílias.
- Programa de Imunização: Responsável pela organização e controle da logística dos imunobiológicos e desenvolvimento de campanhas de vacinação, inclusive com ações de busca ativa em escolas e CMEIs.
- Programa Antitabagismo: Oferece acompanhamento para cessação do tabagismo, contribuindo para a prevenção de doenças crônicas.
- Programa de Controle da Dengue: Executado pela Vigilância em Saúde, com ações integradas de monitoramento e combate ao vetor.

- Programa de Atendimento Odontológico: Desenvolve ações coletivas em ambiente escolar, como escovação supervisionada e aplicação tópica de flúor.

Esses programas contribuem para a promoção da saúde, melhoria das condições nutricionais e prevenção de agravos relacionados à alimentação inadequada.

4.6 PERFIL NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO ACOMPANHADA NA UBS

O acompanhamento nutricional realizado na Unidade Básica de Saúde indica o seguinte cenário:

Total de pessoas acompanhadas: 41

1 caso de desnutrição

17 casos de obesidade

Observa-se predominância de excesso de peso, especialmente nas faixas etárias adultas e idosas, caracterizando cenário de transição nutricional, no qual coexistem casos pontuais de desnutrição e elevada prevalência de obesidade.

Esse panorama reforça a necessidade de:

- Intensificação das ações de Educação Alimentar e Nutricional;
- Prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis;
- Integração entre Saúde, Educação e Assistência Social;

4.7 CAPACIDADE DE GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Indicador	Resultado
Taxa de atualização cadastral	88,6%
Índice de Gestão Descentralizada (IGD-M)	0,93
Recursos recebidos em 2024 (IGD-M)	R\$ 38.850,00
Saldo em conta do IGD-M (out/2025)	R\$ 69.289,57

Os indicadores apontam que o município possui capacidade administrativa e técnica para planejar, executar e monitorar políticas públicas, incluindo as ações previstas neste PMSAN.

4.8 DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

O município de Miraselva apresenta perfil predominantemente rural, com base econômica centrada na agropecuária e presença significativa de estabelecimentos familiares.

De acordo com dados municipais, o território conta com:

- 64 famílias enquadradas como agricultura familiar;
- 17 Cadastros da Agricultura Familiar (CAF) ativos;

Esses dados evidenciam que, embora o município possua número expressivo de famílias agricultoras, nem todas estão formalmente habilitadas para acesso às políticas públicas específicas da agricultura familiar, como comercialização institucional via PNAE e outros programas governamentais.

4.8.1 ESTRUTURA PRODUTIVA

A produção agrícola municipal caracteriza-se por:

- Predominância de pequenas propriedades;
- Produção diversificada em pequena escala;
- Cultivo de culturas típicas da região Norte Central Paranaense;
- Produção de alimentos básicos e hortifrutigranjeiros.

Parte da produção é destinada ao autoconsumo das famílias rurais, fortalecendo a segurança alimentar no meio rural, enquanto outra parcela é direcionada à comercialização local e regional.

4.8.2 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

A existência de 64 famílias de agricultura familiar representa potencial estratégico relevante para:

- Ampliação do fornecimento de alimentos ao PNAE;
- Desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização;
- Fortalecimento da economia local;
- Redução da dependência de mercados externos.

Entretanto, o número de 17 CAF ativos indica necessidade de:

- Incentivo à regularização e atualização cadastral;
- Ampliação do acesso a políticas de crédito e assistência técnica;
- Fortalecimento da organização produtiva.

A ampliação do número de CAF ativos pode ampliar significativamente a participação dos produtores em compras institucionais e políticas de SAN.

4.8.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E APOIO AO PRODUTOR

Os agricultores contam com apoio técnico do IDR-Paraná, que desenvolve ações voltadas à:

- Assistência técnica rural;
- Orientação produtiva;
- Diversificação de culturas;
- Incentivo à organização coletiva.

O fortalecimento da assistência técnica é essencial para ampliar produtividade, qualidade dos alimentos e inserção em mercados institucionais.

4.8.4 ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

O abastecimento alimentar do município ocorre por meio de:

- Comércio local;
- Produção própria;
- Aquisições institucionais;
- Municípios vizinhos.

Observa-se potencial para:

- Ampliação da participação da agricultura familiar no PNAE;
- Incentivo à feira do produtor;
- Organização de associações ou cooperativas;
- Implantação de hortas comunitárias.

4.8.5 DESAFIOS IDENTIFICADOS

Entre os principais desafios destacam-se:

- Baixo número de CAF ativos frente ao total de famílias agricultoras;
- Necessidade de fortalecimento da organização coletiva;
- Dependência parcial de abastecimento externo;
- Necessidade de incentivo à sucessão rural;
- Ampliação da integração entre Agricultura, Educação, Saúde e Assistência Social.

4.8.6 POTENCIAL ESTRATÉGICO PARA A SAN

A agricultura familiar de Miraselva representa eixo estruturante para:

- Promoção da soberania alimentar;
- Garantia de alimentos frescos;
- Desenvolvimento sustentável;
- Geração de renda no meio rural;
- Integração com políticas públicas de alimentação escolar.

O fortalecimento desse setor constitui estratégia central para consolidação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

4.8.7 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (VBP)

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), por meio do Departamento de Economia Rural (DERAL), referentes ao ano de 2024, o município de Miraselva apresenta relevante participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), com destaque para as cadeias da cana-de-açúcar, frango de corte, soja (1ª safra), milho (2ª safra) e bovinocultura de corte.

Embora parte expressiva do VBP municipal esteja concentrada em commodities agrícolas e cadeias voltadas ao mercado externo e regional, observa-se potencial para diversificação produtiva e maior inserção da produção local no abastecimento alimentar do próprio município, contribuindo para a soberania e segurança alimentar.

4.9 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A rede municipal de ensino de Miraselva atende crianças da educação infantil e do ensino fundamental – anos iniciais, garantindo oferta regular de alimentação escolar conforme as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A alimentação escolar constitui importante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento, a aprendizagem e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Destacam-se como elementos relevantes:

- Oferta diária de refeições nas unidades escolares;
- Cardápios elaborados por nutricionista responsável técnica;
- Atendimento a crianças da primeira infância, público prioritário para ações de SAN;
- Potencial de integração entre alimentação escolar, educação alimentar e nutricional e agricultura familiar local.

Os indicadores apontam que o município possui capacidade administrativa e técnica para planejar, executar e monitorar políticas públicas, incluindo as ações previstas neste PMSAN.

A integração entre a base produtiva existente e as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional pode contribuir para:

- Ampliação da comercialização institucional;
- Redução da dependência de abastecimento externo;
- Valorização da produção local;
- Fortalecimento da soberania alimentar.

4.9.1 SITUAÇÃO NUTRICIONAL DOS ESCOLARES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Em outubro de 2025 foi realizada avaliação antropométrica dos escolares da rede municipal, contemplando peso e altura para cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), com classificação segundo IMC/idade, conforme curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a faixa etária de 5 a 19 anos.

Foram avaliados 127 alunos, com os seguintes resultados:

- **Eutrofia:** 43,3%
- **Desnutrição (baixo peso):** 6,3%
 - **Sobrepeso:** 27,6%
 - **Obesidade:** 22,8%

A prevalência de excesso de peso (sobrepeso + obesidade) atingiu 50,4%, indicando que 1 em cada 2 alunos apresenta peso acima do recomendado para a idade.

Observa-se cenário caracterizado por dupla carga de má-nutrição, com coexistência de desnutrição em menor proporção e elevada prevalência de

excesso de peso, especialmente obesidade, que já atinge quase um quarto dos escolares avaliados.

Tal panorama configura importante desafio de saúde pública municipal e reforça a necessidade de:

- Fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN);
- Monitoramento nutricional periódico;
- Promoção de ambientes alimentares saudáveis;
- Articulação intersetorial entre Saúde, Educação e Assistência Social.

Estado Nutricional Geral dos Escolares (n=127)

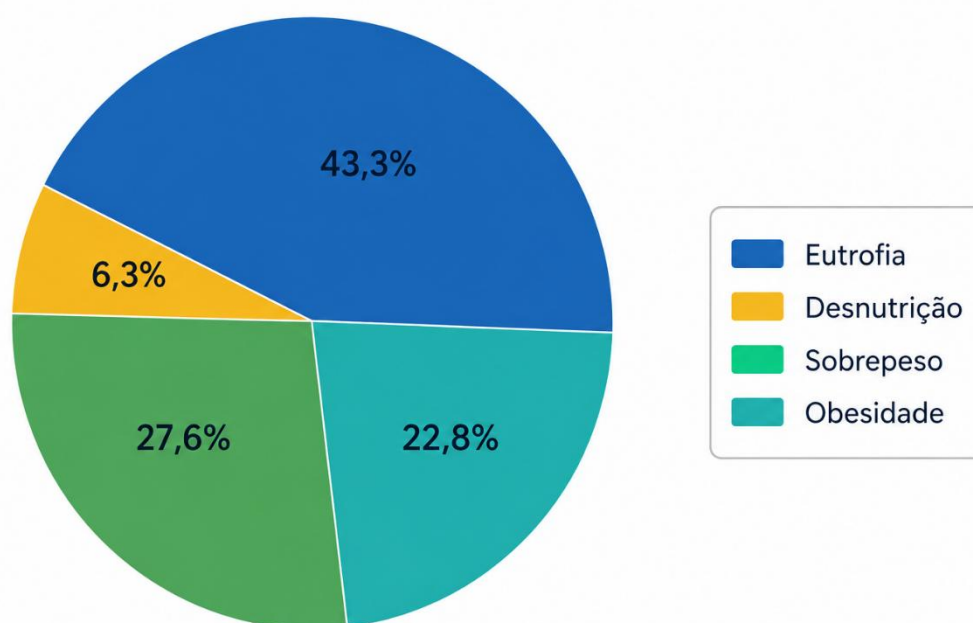


Gráfico 2 – Distribuição do Estado Nutricional dos Escolares da Rede Municipal de Miraselva (2025).

Fonte: Avaliação antropométrica realizada pela nutricionista responsável técnica, outubro/2025.

4.10 DIAGNÓSTICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERFACE COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A política de Assistência Social no município de Miraselva é desenvolvida de forma integrada às demais políticas públicas, considerando as desigualdades existentes no território e buscando o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, com vistas à garantia da proteção social e à universalização dos direitos sociais, conforme os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004).

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as ações desenvolvidas pela Assistência Social contribuem diretamente para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio do acesso a benefícios, programas sociais e serviços de acompanhamento familiar.

Destaca-se a importância da articulação intersetorial entre Assistência Social, Saúde, Educação e Agricultura, que permite ampliar a rede de proteção social e fortalecer o acesso da população aos programas e serviços públicos, contribuindo para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

4.10.1 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

O município conta com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal de base municipal responsável pela execução da política de proteção social básica no âmbito do SUAS.

O CRAS atua no atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, oferecendo serviços, programas, benefícios e ações socioassistenciais voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à promoção do acesso a direitos.

Entre os principais serviços desenvolvidos destacam-se:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de 6 a 12 anos e para idosos

O trabalho social com famílias no âmbito do PAIF envolve diversas ações, como:

- Inserção e atualização no Cadastro Único para Programas Sociais;
- Orientações e atendimentos técnicos;
- Encaminhamentos para serviços públicos;
- Concessão de benefícios eventuais;
- Reuniões e oficinas socioeducativas;
- Acompanhamento familiar.

Essas ações contribuem diretamente para o fortalecimento da rede de proteção social e para a identificação de situações de insegurança alimentar e vulnerabilidade social no município.

5. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PMSAN E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) de Miraselva-PR foi elaborado a partir de um processo participativo, intersetorial e democrático, em consonância com os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que preconiza a participação social como elemento central na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

A construção do PMSAN teve como principal base as deliberações da IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no dia 04 de julho de 2023, no Centro de Eventos do município. A Conferência constituiu-se como espaço legítimo de diálogo e escuta entre o poder público e a sociedade civil, permitindo a identificação das principais demandas, desafios e potencialidades relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional no território.

O evento contou com a participação de 60 pessoas, entre representantes das secretarias municipais, agricultores, servidores públicos, vereadores, técnicos de órgãos estaduais e membros da sociedade civil, assegurando diversidade de olhares e representatividade dos diferentes segmentos envolvidos com a temática da alimentação e nutrição.

O processo de mobilização para a Conferência envolveu reuniões da Comissão Organizadora, divulgação em canais institucionais e redes sociais, além da distribuição de convites à população. Durante o evento, os debates foram orientados pelo tema central *“Comida no campo e na cidade: o que temos e o que queremos?”* e organizados em três eixos temáticos, conforme diretrizes nacionais:

- Eixo 1 – Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;
- Eixo 2 – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Eixo 3 – Políticas Públicas, Democracia e Participação Social.

As propostas discutidas nos grupos de trabalho foram apresentadas e aprovadas em plenária, constituindo o conjunto de diretrizes que orientaram a elaboração do presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Essas deliberações foram analisadas e sistematizadas pela Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), com apoio do

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), garantindo coerência entre as propostas da sociedade e as ações planejadas pelo poder público.

Dessa forma, o PMSAN de Miraselva reflete um processo coletivo de construção, no qual a participação social não se restringe à etapa de elaboração do Plano, mas se estende ao seu acompanhamento, monitoramento e avaliação, por meio da atuação permanente do COMSEA e da CAISAN, fortalecendo a gestão democrática e intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

6. DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAN

As diretrizes, objetivos e ações do PMSAN de Miraselva foram organizados de forma intersetorial, alinhados às deliberações da IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e fundamentados no diagnóstico socioeconômico, agrícola e educacional do município, conforme orientações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

DIRETRIZ I – FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO LOCAL, DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Objetivo estratégico: Promover a produção sustentável de alimentos, fortalecer a agricultura familiar e ampliar o abastecimento alimentar local.

Ação estratégica	Resultado esperado	Responsáveis
Incentivar a organização e capacitação de agricultores familiares	Produtores mais organizados e capacitados	Agricultura
Ampliar a participação da agricultura familiar no PNAE	Maior aquisição de alimentos locais	Educação / Agricultura
Incentivar hortas comunitárias e institucionais	Ampliação do acesso a alimentos frescos	Educação / Assistência Social

DIRETRIZ II – PROMOÇÃO DO ACESSO REGULAR À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Objetivo estratégico: Garantir acesso contínuo a alimentos adequados e saudáveis à população, com atenção especial às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Ação estratégica	Resultado esperado	Responsáveis
Integrar ações de SAN entre saúde, educação e assistência social	Atendimento intersetorial às famílias	Saúde / Assistência / Educação
Desenvolver ações de educação alimentar e nutricional	Melhoria dos hábitos alimentares	Saúde / Educação
Priorizar famílias do Cadastro Único nas ações de SAN	Redução da insegurança alimentar	Assistência Social

DIRETRIZ III – EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO EIXO ESTRUTURANTE DA SAN

Objetivo estratégico: Promover a educação alimentar e nutricional em diferentes ciclos da vida, com ênfase no ambiente escolar.

Ação estratégica	Resultado esperado	Responsáveis
Inserir EAN no contexto escolar	Formação de hábitos saudáveis	Educação
Integrar alimentação escolar e agricultura familiar	Valorização da produção local	Educação / Agricultura
Desenvolver atividades educativas com famílias	Ampliação do conhecimento alimentar	Saúde / Assistência

DIRETRIZ IV – FORTALECIMENTO DA GESTÃO, DO CONTROLE SOCIAL E DA INTERSETORIALIDADE

Objetivo estratégico: Consolidar os espaços de gestão e participação social da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ação estratégica	Resultado esperado	Responsáveis
Fortalecer o funcionamento do COMSEA e da CAISAN	Gestão participativa e integrada	Assistência Social
Realizar monitoramento periódico do PMSAN	Acompanhamento e transparência	CAISAN
Garantir participação social nas decisões	Fortalecimento do controle social	COMSEA

7. GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMSAN

7.1 GOVERNANÇA DO SISAN NO ÂMBITO MUNICIPAL

A implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) de Miraselva-PR ocorrerá de forma intersetorial, participativa e contínua, em consonância com os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A governança da política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será organizada a partir da atuação articulada entre as instâncias de gestão, controle social e execução das políticas públicas setoriais.

Compete à Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) coordenar a implementação, o monitoramento e a avaliação do PMSAN, promovendo a articulação entre as diferentes secretarias e setores envolvidos. Ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) cabe exercer o controle social, acompanhar a execução do Plano, propor recomendações e fortalecer a participação da sociedade civil nas decisões relacionadas à política municipal de SAN.

As secretarias municipais e os órgãos parceiros terão responsabilidade compartilhada na execução das ações previstas, conforme suas competências institucionais, devendo atuar de forma integrada para garantir maior efetividade das estratégias propostas.

Quadro 1 – Estrutura de Governança do SISAN no Município de Miraselva-PR

Instância	Natureza	Principais atribuições
COMSEA	Controle social	Acompanhar a política municipal de SAN; propor diretrizes; exercer

		participação social; apreciar relatórios e recomendações sobre o PMSAN
CAISAN Municipal	Coordenação intersetorial	Coordenar a implementação do PMSAN; articular secretarias; consolidar informações; acompanhar metas e indicadores; elaborar relatórios
Secretaria Municipal de Assistência Social	Execução e articulação	Identificar famílias em vulnerabilidade; articular Cadastro Único, benefícios e ações socioassistenciais; apoiar ações de acesso à alimentação
Secretaria Municipal de Saúde	Execução setorial	Desenvolver ações de vigilância alimentar e nutricional; acompanhamento nutricional; promoção da alimentação adequada e saudável
Secretaria Municipal de Educação	Execução setorial	Garantir a alimentação escolar; apoiar ações de EAN; fortalecer integração entre escola, alimentação saudável e agricultura familiar
Secretaria/Departamento de Agricultura	Execução setorial	Apoiar agricultura familiar; incentivar regularização de CAF; fomentar produção local e comercialização institucional
IDR-Paraná e órgãos parceiros	Apoio técnico	Oferecer assistência técnica, orientação produtiva, apoio à diversificação e fortalecimento da produção familiar
Sociedade civil	Participação social	Apresentar demandas, acompanhar ações, participar das deliberações e contribuir para o controle social

7.2 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do PMSAN serão realizados de forma contínua, com base em indicadores, metas e relatórios periódicos de acompanhamento. Esse processo permitirá verificar o grau de execução das ações previstas, identificar avanços, corrigir fragilidades e fortalecer a efetividade da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A CAISAN será responsável pela consolidação das informações e pelo acompanhamento técnico do Plano, enquanto o COMSEA exercerá o controle

social sobre sua execução. Recomenda-se a realização de reuniões periódicas para análise dos resultados e revisão das estratégias, bem como a elaboração de relatórios anuais de monitoramento.

A avaliação do PMSAN deverá considerar:

- O cumprimento das ações previstas;
- A evolução dos indicadores definidos;
- O alcance das metas pactuadas;
- A articulação intersetorial entre os setores envolvidos;
- A participação social no acompanhamento da política de SAN.

7.3 INDICADORES DE MONITORAMENTO DO PMSAN

Quadro 2 – Indicadores de Monitoramento da Política Municipal de SAN

Eixo	Indicador	Situação de referência	Meta de acompanhamento	Fonte
Acesso à alimentação	Número de famílias do CadÚnico	363 famílias	Atualização periódica	CadÚnico
Acesso à alimentação	Número de famílias beneficiárias do Bolsa Família	90 famílias	Manter acompanhamento prioritário	CadÚnico / PBF
Acesso à alimentação	Número de pessoas beneficiárias do Bolsa Família	269 pessoas	Acompanhamento anual	CadÚnico / PBF
Acesso à alimentação	Benefício médio mensal do Bolsa Família	R\$ 653,79	Monitoramento anual	CadÚnico / PBF
Primeira infância	Crianças beneficiárias de 0 a 7 anos	54 crianças	Priorizar ações de SAN	CadÚnico / PBF
Educação	Taxa de acompanhamento da frequência escolar	100%	Manutenção ≥ 95%	PBF / Educação
Saúde	Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde	92,9%	Manutenção ou ampliação	Saúde / PBF
Saúde	Crianças menores de 7	83,0%	Ampliar cobertura	Saúde / PBF

	anos acompanhadas na saúde			
Saúde	Mulheres acompanhadas nas condições de saúde	96,7%	Manutenção ≥ 95%	Saúde / PBF
Estado nutricional	Pessoas acompanhadas nutricionalmente na UBS	41 pessoas	Ampliar acompanhamento	UBS / e-SUS
Estado nutricional	Casos de desnutrição entre acompanhados	1 caso	Monitorar e intervir	UBS
Estado nutricional	Casos de obesidade entre acompanhados	17 casos	Reduzir progressivamente	UBS
Agricultura familiar	Famílias de agricultura familiar	64 famílias	Manter cadastramento atualizado, aumentar número de famílias	Dados municipais
Agricultura familiar	CAF ativos	17 CAF ativos	Ampliar número de CAF ativos	Agricultura / IDR-Paraná
Alimentação escolar	Percentual de escolares com excesso de peso	50,4%	Redução progressiva	Avaliação antropométrica
Alimentação escolar	Agricultura familiar - PNAE	>45%	Acompanhar compras agric. Familiar no PNAE	PNAE
Alimentação escolar	Percentual de escolares com baixo peso	6,3%	Redução progressiva	Avaliação antropométrica
Gestão	Taxa de atualização cadastral	88,6%	Ampliar atualização	CadÚnico
Gestão	IGD-M	0,93	Manter índice satisfatório	MDS
Gestão	Relatórios de monitoramento do PMSAN elaborados	0 ou início de implantação	1 por ano	CAISAN
Participação social	Reuniões do COMSEA realizadas	Conforme calendário	Regularidade anual	COMSEA

Participação social	Reuniões da CAISAN realizadas	Conforme calendário	Regularidade anual	CAISAN
----------------------------	-------------------------------	---------------------	--------------------	--------

8. METAS DO PMSAN 2026–2029

8.1 Tabela de metas

As metas do PMSAN de Miraselva foram definidas a partir do diagnóstico municipal, das deliberações da IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e das prioridades locais identificadas pelos setores envolvidos. Devem orientar a execução progressiva da política municipal de SAN no período de vigência do Plano.

Quadro 3 – Metas do PMSAN 2026–2029

Diretriz	Meta	Prazo	Responsáveis
Fortalecimento da agricultura familiar	Ampliar o número de CAF ativos no município	2026–2029	Agricultura / IDR-Paraná
Fortalecimento da agricultura familiar	Incentivar a participação da agricultura familiar nas compras institucionais, especialmente no PNAE	2026–2029	Educação / Agricultura
Fortalecimento da agricultura familiar	Apoiar ações de organização produtiva, associação e comercialização local	2026–2029	Agricultura / parceiros
Abastecimento alimentar	Incentivar iniciativas de feira do produtor, hortas comunitárias ou institucionais	2026–2029	Agricultura / Assistência / Educação
Acesso à alimentação	Priorizar famílias do CadÚnico nas ações intersetoriais de SAN	2026–2029	Assistência Social / Saúde
Acesso à alimentação	Fortalecer ações de promoção da alimentação adequada para crianças da primeira infância e famílias vulneráveis	2026–2029	Saúde / Assistência / Educação
Educação alimentar e nutricional	Realizar ações periódicas de EAN nas escolas e na rede de saúde	Anual	Educação / Saúde

Educação alimentar e nutricional	Desenvolver estratégias educativas com famílias e comunidade	Anual	Saúde / Assistência / Educação
Alimentação escolar	Fortalecer a integração entre alimentação escolar e agricultura familiar local	2026–2029	Educação / Agricultura
Estado nutricional	Realizar monitoramento nutricional periódico dos escolares	Anual	Educação / Nutricionista RT
Estado nutricional	Intensificar o acompanhamento nutricional de pessoas com obesidade, desnutrição e DCNT	2026–2029	Saúde
Gestão e intersectorialidade	Realizar reuniões periódicas da CAISAN para acompanhamento do PMSAN	Semestral ou trimestral	CAISAN
Controle social	Garantir funcionamento regular do COMSEA	Anual	COMSEA / Gestão Municipal
Monitoramento	Elaborar relatório anual de monitoramento do PMSAN	Anual	CAISAN
Participação social	Promover espaços de escuta e participação da sociedade civil	Anual	COMSEA / CAISAN

8.2 RESULTADOS ESPERADOS AO FINAL DA VIGÊNCIA DO PLANO

Ao final do período de vigência do PMSAN, espera-se:

- Maior articulação intersetorial entre Agricultura, Saúde, Educação e Assistência Social;
- Fortalecimento institucional do COMSEA e da CAISAN;
- Ampliação do acesso das famílias vulneráveis às ações de SAN;
- Fortalecimento da agricultura familiar local e maior integração com políticas públicas;
- Ampliação das ações de educação alimentar e nutricional;
- Melhoria progressiva dos indicadores de acompanhamento nutricional e alimentação escolar;
- Consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional como política pública permanente no município.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Miraselva-PR consolida o compromisso do município com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, organizando de forma intersetorial as ações já desenvolvidas e estabelecendo diretrizes para o fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Sua construção, fundamentada no diagnóstico local, no marco legal vigente e na participação social, representa importante avanço institucional para o município, ao integrar diferentes setores da administração pública e reconhecer a sociedade civil como parte essencial do processo de formulação, acompanhamento e avaliação das ações.

O PMSAN constitui, assim, instrumento estratégico de planejamento e gestão, voltado à promoção da equidade, da dignidade humana, da soberania alimentar e do desenvolvimento local sustentável. Sua efetivação dependerá do compromisso contínuo do poder público, da atuação das instâncias de governança do SISAN e da participação ativa da sociedade na consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional como política pública permanente em Miraselva.

10. REFERENCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. Dispõe sobre as competências, composição e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 nov. 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007. Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 nov. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Programa Bolsa Família. Relatórios e indicadores municipais. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. e-SUS Atenção Primária à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Orientações para elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: CAISAN Nacional, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Panorama do município de Miraselva – PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Caderno Estatístico do Município de Miraselva. Curitiba: IPARDES, 2025.

MIRASELVA (PR). Ata da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Miraselva: Prefeitura Municipal, 2019.

MIRASELVA (PR). Ata da IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Miraselva: Prefeitura Municipal, 2023.

MIRASELVA (PR). Decreto nº 20/2024. Nomeia os membros da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Miraselva: Prefeitura Municipal, 2024.

MIRASELVA (PR). Decreto nº 28/2024. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA. Miraselva: Prefeitura Municipal, 2024.

MIRASELVA (PR). Decreto nº 29/2024. Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA. Miraselva: Prefeitura Municipal, 2024.

MIRASELVA (PR). Lei Municipal nº 702/2024. Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dispõe sobre a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Miraselva: Prefeitura Municipal, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Curvas de crescimento para crianças e adolescentes de 5 a 19 anos. Genebra: OMS, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB. Departamento de Economia Rural – DERAL. Valor Bruto da Produção Agropecuária dos Municípios Paranaenses 2024. Curitiba: SEAB/DERAL, 2024.

PARANÁ. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná. Dados e informações da agricultura familiar. Curitiba: IDR-Paraná, 2025.

PARANÁ. Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR. Orientações sobre o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Curitiba: CONSEA-PR, 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA. Secretaria Municipal de Saúde. Relatórios de acompanhamento nutricional e avaliação antropométrica escolar. Miraselva: SMS, 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA. Secretaria Municipal de Assistência Social. Relatórios do Cadastro Único, Programa Bolsa Família e serviços socioassistenciais. Miraselva: SMAS, 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA. Secretaria Municipal de Educação. Dados da alimentação escolar e execução do PNAE. Miraselva: SME, 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA. Secretaria Municipal de Agricultura. Dados municipais da agricultura familiar e abastecimento alimentar. Miraselva: SMA, 2025.

ANEXO I – ATA DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MIRASELVA

A IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Miraselva–PR foi realizada em 04 de julho de 2023, no Centro de Eventos do município, tendo como lema “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”.

O evento foi organizado por comissão específica, com ampla mobilização social, divulgação em redes sociais e distribuição de convites à população. Estiveram presentes representantes do poder público municipal, sociedade civil, agricultores, servidores públicos e técnicos de órgãos estaduais, totalizando 60 participantes, entre convidados, observadores e delegados.

A Conferência teve como tema central “Comida no campo e na cidade: o que temos e o que queremos?” e estruturou seus debates em três eixos temáticos:

- Eixo 1 – Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- Eixo 2 – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Eixo 3 – Políticas Públicas, Democracia e Participação Social

Após os trabalhos em grupo e a plenária final, foram aprovadas as seguintes propostas:

Eixo 1

- Promoção de programas de formação e capacitação para jovens e adultos das áreas rurais, com foco em liderança, gestão agrícola e produção sustentável;
- Estímulo à criação e fortalecimento de associação de produtores rurais;
- Incentivo à implantação de hortas comunitárias em áreas urbanas e rurais.

Eixo 2

- Fortalecimento da agricultura familiar e da produção local por meio de políticas públicas, assistência técnica e acesso a crédito;
- Ampliação do acesso da população urbana a alimentos saudáveis, incluindo feiras, mercados locais e hortas urbanas;

- Desenvolvimento de campanhas e ações de educação alimentar e nutricional para diferentes públicos.

Eixo 3

- Ampliação dos espaços de diálogo, audiências públicas e participação social;
- Garantia de transparência e acesso às informações relacionadas às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Criação e fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

Ao final da Conferência, foram eleitos os delegados para representação do município na Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional. As deliberações desta Conferência constituem a base participativa e social que fundamenta as diretrizes, objetivos e ações estabelecidas neste Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Miraselva.